

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
Proposta do trabalho .....	26
Conceito preliminar de dolo.....	28

## *PARTE 1*

<b>O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO DOLO</b> .....	33
<b>1. OS PRIMÓRDIOS DA DISTINÇÃO ENTRE AS CONDUITAS INTENCIONAIS E ACIDENTAIS</b> .....	35
1.1. A origem mitológica do dolo .....	36
1.2. A ambiguidade original da palavra dolo.....	37
1.3. A introdução do dolo no discurso jurídico .....	39
1.4. As primeiras alusões ao dolo no Direito Penal .....	41
1.5. As bases elementares do conceito jurídico de dolo.....	43
1.6. A elaboração do conceito técnico-jurídico de dolo.....	46
<b>2. O DOLO COMO CONCEITO TÉCNICO-JURÍDICO</b> .....	53
2.1. A classificação do dolo como uma categoria estrutural do delito .....	53
2.2. O <i>dolus malus</i> e o <i>dolus bonus</i> .....	56
2.3. A abordagem técnico-jurídica inicial do conceito.....	58

<b>3.</b>	<b>AS ORIGENS E A FORMAÇÃO DO DOLO EVENTUAL.....</b>	<b>63</b>
3.1.	O <i>versari in re illicita</i> .....	64
3.2.	A doutrina de Bártolo .....	66
3.3.	A transição do <i>versari</i> para o dolo indireto .....	68
3.4.	A vontade indireta de Covarrubias .....	70
3.5.	A vontade indireta de Carpzov .....	73
3.6.	A ampliação do conteúdo do dolo para além da vontade.....	77
3.7.	O dolo eventual de Böhmer .....	79
3.8.	A <i>culpa dolo determinata</i> de Feuerbach .....	81
3.9.	A casuística e a classificação de Mittermaier .....	83
3.10.	Síntese.....	84

## PARTE 2

	<b>AS TEORIAS DO DOLO.....</b>	<b>87</b>
<b>4.</b>	<b>TEORIAS VOLITIVAS.....</b>	<b>91</b>
4.1.	Teorias da vontade .....	92
4.1.1.	A teoria da vontade indireta.....	93
4.1.1.1.	Crítica à teoria da vontade indireta.....	96
4.1.1.2.	Crítica à presunção da vontade.....	97
4.1.2.	A presunção da admissão das consequências.....	100
4.1.2.1.	Crítica à presunção da admissão das consequências .....	103
4.1.3.	A teoria do consentimento.....	104
4.1.3.1.	Crítica à teoria do consentimento.....	107
4.1.4.	O conceito “jurídico” de vontade .....	109
4.1.4.1.	Crítica ao conceito jurídico de vontade .....	113
4.1.5.	Crítica às teorias da vontade .....	116
4.2.	Teorias da representação.....	117
4.2.1.	A indiferença em relação ao evento (resultado) .....	120

---

4.2.1.1. Crítica à teoria da indiferença em relação ao evento (resultado).....	124
4.2.2. A atitude diante do risco sério .....	129
4.2.2.1. A consciência da situação de perigo (elemento cognitivo).....	132
4.2.2.2. A classificação do risco como sério (elemento normativo).....	134
4.2.2.3. A atitude do sujeito (elemento volitivo) .....	136
4.2.2.4. Crítica à teoria da atitude diante do risco ...	138
4.2.2.4.1. O problema das avaliações irracionais do risco .....	138
4.2.3. A decisão pela possível afetação do bem jurídico....	141
4.2.3.1. Crítica ao critério da decisão pela possível afetação do bem jurídico .....	142
4.2.3.2. A atribuição normativa da decisão pela possível afetação do bem jurídico .....	144
4.2.3.2.1. Crítica à atribuição normativa da decisão pela possível afetação do bem jurídico .....	147
4.2.4. O critério auxiliar da atuação visando controlar o risco .....	151
4.2.4.1. Crítica ao critério da atuação visando controlar o risco .....	154
4.3. Críticas às teorias volitivas.....	155
4.3.1. A incompletude dos critérios.....	156
4.3.1.1. A variedade terminológica .....	157
4.3.2. A indemonstrabilidade do que o sujeito queria.....	160
4.3.2.1. A prova do conteúdo do conhecimento e da vontade.....	161
4.3.2.1.1. A prova indiciária e o dolo “presumido” .....	162
4.3.2.1.2. O <i>dolo ex re (in re ipsa)</i> .....	165
4.3.2.1.3. A relação entre indícios e presunção e a relatividade da conclusão.....	169

4.3.2.1.4. Os indicadores do dolo.....	172
4.3.3. A irrelevância do que o sujeito queira.....	176
4.3.4. Síntese das críticas às teorias volitivas.....	178
<b>5. TEORIAS NORMATIVAS.....</b>	<b>181</b>
5.1. A teoria da probabilidade.....	183
5.1.1. A probabilidade como indício da vontade.....	186
5.1.2. A probabilidade aferida pelo próprio sujeito .....	186
5.1.3. A probabilidade definida pelo intérprete.....	188
5.1.3.1. Críticas à teoria da probabilidade.....	189
5.1.3.1.1. O limite entre a possibilidade e a probabilidade .....	190
5.1.3.1.2. A subjetividade da avaliação.....	191
5.1.3.1.3. A possível contradição entre a probabilidade e a intenção .....	193
5.2. A teoria da qualidade do perigo.....	195
5.2.1. A classificação do perigo .....	199
5.2.1.1. A definição do perigo pelo juiz.....	199
5.2.1.2. Os critérios definidores do perigo .....	201
5.2.2. Relação entre dolo e imprudência .....	203
5.2.3. O dolo sem vontade .....	204
5.2.4. Críticas ao critério da qualidade do perigo.....	206
5.2.4.1. A indeterminação do grau do perigo .....	206
5.2.4.2. A subjetividade da avaliação .....	210
5.2.4.3. Problemas práticos .....	212
5.2.4.4. A crítica à possibilidade de conhecimen- to e prova do pensamento.....	214
5.2.4.5. A irrelevância do conteúdo do conheci- mento do sujeito .....	216
5.2.4.6. Problemas da relação entre dolo e im- prudência.....	218
5.2.4.7. Os limites aceitáveis e indispensáveis do complemento normativo (avaliações irracionais).....	219

---

5.3. A teoria da linguagem .....	221
5.3.1. A ação significativa .....	222
5.3.2. A ambiguidade do termo intenção .....	222
5.3.3. O dolo.....	224
5.3.4. Classificação do dolo na estrutura do delito.....	226
5.3.5. Críticas à teoria da linguagem.....	226
5.3.5.1. A indeterminação do critério.....	228
5.3.5.2. A retórica terminológica .....	230
5.3.5.3. A irrelevância do conhecimento e da vontade do sujeito.....	231
5.4. Crítica comum às teorias normativas.....	233
<b>6. OUTRAS PROPOSTAS TEÓRICAS.....</b>	<b>237</b>
6.1. As proposições de base cognitiva .....	237
6.1.1. Crítica às proposições de base cognitiva.....	241
6.1.2. A atribuição normativa de Schröder .....	242
6.1.2.1. Crítica à proposta de Schröder .....	247
6.2. A abordagem processual de Prittwitz.....	249
6.2.1. Crítica à proposta de Prittwitz.....	250
6.3. A imputação <i>ex re</i> de Hruschka .....	252
6.3.1. Crítica à proposta de Hruschka .....	254
<b>7. A RECEPÇÃO DAS TEORIAS DO DOLO NO BRASIL.....</b>	<b>257</b>
7.1. O período anterior à edição do Código Penal de 1940 .....	258
7.2. A análise de Hungria.....	263
7.3. As consequências da análise de Hungria.....	267
7.4. As abordagens atuais.....	268
7.5. Novas tendências.....	273
7.5.1. Concepções normativas baseadas no perigo.....	274
7.5.2. Abordagens baseadas na teoria da linguagem.....	281
7.5.3. Conclusão.....	287

## PARTE 3

<b>UMA PROPOSTA TEÓRICA E METODOLÓGICA.....</b>	<b>289</b>
<b>8. PREMISSAS DA PROPOSIÇÃO.....</b>	<b>293</b>
8.1. A insuficiência dos critérios, individualmente considerados.....	294
8.2. A opção política pela preponderância dos critérios volitivos.....	296
8.3. A adequação da complementariedade dos critérios.....	297
<b>9. O ELEMENTO COGNITIVO.....</b>	<b>301</b>
9.1. Conhecimento e consciência.....	303
9.2. O objeto do conhecimento.....	306
9.2.1. A consciência do risco.....	308
9.3. Síntese.....	313
<b>10. O ELEMENTO VOLITIVO.....</b>	<b>315</b>
10.1. A intenção ou propósito.....	315
10.2. A aceitação das consequências.....	316
10.3. A indiferença em relação às consequências.....	317
10.4. A indiferença em relação ao risco.....	318
10.4.1. A esperança de não realização da consequência....	323
10.4.2. A diferença em relação à imprudência consciente....	325
<b>11. O LIMITE DAS POSSIBILIDADES DOS CRITÉRIOS VOLITIVOS....</b>	<b>329</b>
<b>12. O COMPLEMENTO NORMATIVO EXCEPCIONAL.....</b>	<b>331</b>
12.1. O fundamento da atribuição normativa do conteúdo dos elementos cognitivo e volitivo do dolo.....	332
12.2. A qualidade do perigo.....	336

12.3. O significado social da atitude diante do risco .....	338
12.4. O âmbito excepcional limitante do emprego do critério.....	341
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>343</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>347</b>